



**“Um verdadeiro  
reino de terror  
nas montanhas”:  
o medo de uma  
Grécia comunista  
no Parlamento  
britânico (1944)**

**Felipe Alexandre Silva  
de Souza<sup>1</sup>**

**“A real reign of  
terror in the  
mountains”: the fear  
of a communist  
Greece in the British  
Parliament (1944)**

<http://dx.doi.org/10.12660/rm.v9n15.2018.76866>

---

<sup>1</sup> Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), bolsista do CNPq. E-mail: [felipedesouza1988@gmail.com](mailto:felipedesouza1988@gmail.com)

**Resumo:**

Em 1944, o fim da ocupação nazista na Grécia resultou em uma tensão crescente entre a Frente de Libertação Nacional (EAM) e o governo monárquico. Em dezembro, essas duas forças entraram em choque quando a polícia abriu fogo contra manifestantes de esquerda em Atenas, dando início a um confronto que se arrefeceu provisoriamente apenas em fevereiro de 1945. Soldados britânicos que estavam presentes na Grécia agiram em defesa da monarquia. Essa intervenção foi tema de acirrados debates no Parlamento britânico. Pretendemos, analisando as discussões travadas na Câmara dos Comuns, abordar o medo de uma revolução comunista na Grécia se expressava entre os apoiadores da atuação das forças britânicas contra a EAM, com intuito de apreender algumas das dimensões da política externa inglesa na Grécia.

**Palavras-chave:** Inglaterra, Grécia, Intervencionismo britânico, EAM.

**Abstract:**

In 1944, the end of the Nazi occupation in Greece gave place to a rising tension between the National Liberation Front (EAM) and the monarchic government. In december, these two forces finally clashed when the police opened fire against left wing protesters in Athens, setting in motion a confrontation which provisorily ended only in February 1945. British soldiers stationated in Greece acted in defense of the monarchy. That intervention was subject of heated debates in British Parliament. Our aim is to analyze the House of Commons debates and approach the fear of a communist revolution in Greece between the supporters of the british army attacks on EAM, in order to aprehend some of the dimensions of British foreign policy in Greece.

**Keywords:** England, Greece, British interventionism, EAM.

## Introdução

As relações entre a Inglaterra e a Grécia nos momentos finais da Segunda Guerra Mundial e nos anos imediatamente posteriores evidenciaram um dos processos mais emblemáticos do século XX: o declínio do poder britânico no plano internacional, em suas dimensões políticas, econômicas e militares. Todavia, normalmente é apontado, como sinal incontrovertível de decadência inglesa, o desmantelamento do Império Britânico, em especial a retirada da Índia (1947) e da Palestina (1948), e consideravelmente menos lembrada é a intervenção britânica na Grécia durante a ocupação desse país pelos nazistas (1941-1944), bem como o estabelecimento do Governo de Unidade Nacional com apoio de Londres após a libertação e a participação inglesa na guerra civil que assolou o povo grego entre 1946 e 1949.

Os britânicos mantinham uma tradição de influência na nação helênica que remontava à guerra de independência grega em relação ao Império Otomano (1821-1832). Os ingleses foram os principais agentes de pressão externa na Grécia até 1947, quando do advento da Doutrina Truman (SAKKAS, 2007). Por mais de um século, desprezaram as formalidades constitucionais ao pressionar pela dispensa e nomeação de primeiros ministros gregos, e especialistas britânicos “ditavam a política econômica, a política externa e de defesa, a política legislativa, a política de segurança e as políticas sindicais” (WOODHOUSE, apud SAKKAS, 2007, p.17). A Grécia era importante para os britânicos por fazer parte de uma rede de pontos estratégicos no Mediterrâneo, sobre os quais Londres exercia influência (quando não presença militar direta), junto com Gibraltar, Malta e Chipre. Esses pontos, juntamente ao Canal de Suez no Egito, formavam a *linha vital* de comunicações do Império Britânico, essencial para a circulação de mercadorias e para o deslocamento da Marinha Real — na qual se ancorava o poderio militar inglês — entre as ilhas britânicas e as colônias no subcontinente indiano.

Dada a importância para a Inglaterra de sua influência sobre a Grécia, foi um passo emblemático a retirada da Grécia anunciada pelo governo britânico em fevereiro de 1947, sob a alegação da falta de condições de manter a presença e o auxílio à nação helênica — então em processo de guerra civil —, abrindo assim o caminho para a influência estadunidense, então liderada pela administração de Harry Truman. Este artigo pretende oferecer uma contribuição inicial para os estudos das relações entre Inglaterra e Grécia nos períodos imediatamente posteriores à Segunda Guerra Mundial, e, mais especificamente, às disputas internas ao governo britânico acerca da natureza da intervenção na Grécia. Entender alguns aspectos dessa intervenção trará, esperamos, maior clareza para esse processo fundamental que compõe o quadro da decadência mundial inglesa.

Nossa proposta aqui é analisar o debate transcrito na Câmara dos Comuns britânica no dia oito de dezembro de 1944, no qual foram extensamente discutidas as ações das forças militares britânicas que estavam presentes na Grécia meio à batalha iniciada quatro dias antes entre o Governo de Unidade Nacional grego e o Exército de Libertação do Povo Grego (conhecido pelo acrônimo *ELAS*, originário de seu nome grego, *Ellinikós Laikós Apeleftherotikós Stratós*), grupo guerrilheiro que servia como braço armado da Frente de Libertação Nacional (conhecida como *EAM*, acrônimo de seu nome original grego, *Ethniko Apeleftherotiko Metopo*), que havia lutado contra os nazistas durante a ocupação de 1941-1944. Os soldados britânicos estavam engajados contra o *ELAS* e em defesa do Governo de Unidade Nacional,

algo que gerou grande controvérsia no Parlamento Britânico.

Muitos parlamentares defendiam a retirada das tropas de solo grego, por motivos variados: o crescente descontentamento público quanto às ações inglesas na Grécia; o desperdício de recursos humanos e militares que poderiam ser melhor utilizados para combater a Alemanha; um possível amotinamento dos soldados que lutavam contra o ELAS; a suposta impossibilidade em derrotar militarmente a guerrilha; a ideia de que reprimir guerrilheiros gregos que lutavam contra um governo tido como opressor ia de encontro aos ideais de liberdade e democracia defendidos pela Inglaterra; o erro político e estratégico de se envolver em uma guerra civil. A defesa da continuidade da presença britânica também era feita com base em diversos argumentos, um dos quais pretendemos tratar aqui: o receio de que a EAM tomasse o controle do Estado e instaurasse uma ditadura comunista em caso de retirada dos soldados britânicos. Antes de abordarmos essa celeuma, todavia, é necessária uma breve explicação do contexto que levou ao choque entre o governo grego e os guerrilheiros.

O inverno de 1944 foi difícil para os gregos. Em outubro havia se findado a ocupação nazista sobre o país, iniciada em abril de 1941. As consequências foram devastadoras: a infraestrutura da nação estava em ruínas, o desemprego e a inflação atingiram níveis astronômicos, e era aguda a carência de alimentos e de combustível para aquecimento caseiro. Meio a essa situação, cresciam, na medida em que o ano chegava ao fim, as recriminações e acusações mútuas de traição e colaboracionismo (GEROLYMATOS, 2016). A EAM foi a principal organização de resistência de massa durante a ocupação, composta por uma coalizão de vários grupos liderados pelo Partido Comunista Grego (conhecido como *KKE*, iniciais de seu nome grego, *Kommunistikó Kómma Elládas*). Por intermédio de seu braço armado, o ELAS, a EAM arcou com a grande parte do esforço para demover os nazistas da Grécia, e frequentemente entrou em choque com uma organização de resistência rival, o Exército Nacional Democrático Grego - conhecido por *EDES*, acrônimo de *Ellínikos Dímokratikos Ethnikós Strátos*<sup>1</sup> (FONTANA, 2011). No fim de 1944, a EAM-ELAS contava com aproximadamente 750 mil membros e dispunha de massivo apoio popular (GEROLYMATOS, 2016). Os manifestantes se concentravam para protestar contra a decisão do Governo de Unidade Nacional de desmobilizar os grupos de resistência que haviam combatido os alemães.

O Governo de Unidade Nacional — organizado em torno da monarquia helênica que havia passado a ocupação no exílio — era fortemente apoiado pelo governo britânico. Quando as forças do Eixo ocuparam a Grécia em abril de 1941, agentes ingleses deslocaram o rei George II e um pequeno gabinete de assessores para o Cairo, Egito. A política do Foreign Office, respaldada pelo primeiro ministro Winston Churchill, era fortalecer o governo grego no exílio como parte do esforço de guerra — acreditava-se que a monarquia poderia ser um elemento unificador do povo grego, um símbolo de resistência e unidade nacional. No longo prazo, um governo favorável facilitaria a continuidade da Grécia como parte constituinte da já mencionada linha vital do Império Britânico (FRAZIER, 1991).

---

<sup>1</sup> Diferentemente da EAM, o EDES se compunha por membros de orientação mais pautada pelo republicanismo e liberalismo, sendo em geral antipáticos ao comunismo e outras manifestações de esquerda que consideravam demasiadamente radicais.

Paralelamente, a EAM-ELAS, o EDES e outros grupos guerrilheiros menores foram abastecidos com dinheiro, armamentos e equipamentos por outra agência governamental britânica, a *Special Operations Executive (SOE)*<sup>2</sup>, com o intuito de causar o máximo possível de dano aos nazistas. Esse auxílio facilitou o fortalecimento e expansão do ELAS. Durante a guerra, essa organização havia conquistado o controle de quase todo o território grego (HOROWITZ, 1965), com influência particularmente forte nas regiões montanhosas, onde seus empreendimentos sociais foram notáveis, podendo ser considerados como a constituição de um Estado organizado em áreas até então negligenciadas, conseguindo de fato elevar as condições de vida da população (WOODHOUSE, apud LOWE, 2017).

Em outubro de 1944, forças britânicas aportaram na Grécia, marcando o fim da ocupação. A EAM havia chegado a um acordo com o governo em exílio e seus apoiadores ingleses, concordando em reconhecer e compor o novo Governo de Unidade Nacional, no qual George II seguiria como monarca e o socialista Georgios Papandreou atuaria como primeiro ministro, em um regime parlamentar. Não obstante, o novo governo trouxe do exílio duas leais unidades militares compostas majoritariamente por contingentes de direita — a Brigada das Montanhas e o Esquadrão Sagrado. Isso levou à avaliação, por parte das lideranças da EAM, de que os grupos de resistência precisavam reter seus armamentos para que se estabelecesse uma relação de forças equilibrada. Na noite do dia primeiro de dezembro, seis ministros da EAM (dois deles pertencendo ao KKE) se recusaram a assinar um decreto de desmobilização incondicional de todos os grupos guerrilheiros entre os dias 16 e 20 de dezembro de 1944, e renunciaram a seus assentos em protesto. O comitê central da EAM decretou uma greve geral para o dia quatro e decidiu restabelecer o comitê central do ELAS. A escalada das tensões que a renúncia dos ministros provocou foi gritante, segundo Willian McNeill, historiador estadunidense que, convocado para servir no Exército dos EUA no teatro europeu durante a Segunda Guerra Mundial, esteve em Atenas durante os eventos aqui tratados, testemunhando vários acontecimentos relevantes. Ao escrever sobre o que presenciou, três anos depois, McNeill avaliou:

O governo teria que fazer um movimento decisivo, em qualquer que fosse a direção. Os líderes da EAM estavam confiantes que ele lhes seria favorável. As renúncias ocorreram na noite de sexta-feira. Na manhã seguinte, a EAM

---

<sup>2</sup> O apoio a vários grupos políticos gregos causou tensões internas dentro do governo inglês. A monarquia exilada no Cairo era amparada principalmente pelos funcionários do Foreign Office, que começaram a pressionar a SOE para que esta rompesse relações com os movimentos guerrilheiros, compostos por um número considerável de elementos antimonarquistas. Os membros da SOE avaliavam que tal rompimento poderia levar os grupos de resistência a entrar em oposição direta, prejudicando a luta contra a ocupação. A linha do Foreign Office, aprovada por Churchill, era em focar as energias não em desferir danos imediatos às forças do Eixo, mas na construção de um governo monárquico forte o bastante para evitar que o país caísse sob um governo comunista ou adentrasse uma situação de guerra civil no longo prazo (FRAZIER, 1991). A situação se complexificou no final de 1943, quando a EAM-ELAS e o EDES começaram a entrar em choques armados, em parte porque a direção da EAM avaliava que os ingleses procurariam usar o EDES para restaurar a monarquia assim que a guerra terminasse (POLITI, s/d). Na medida em que a guerra se desenrolava, as disputas internas dentro do governo inglês resultaram na decisão de enviar à EAM-ELAS o mínimo de auxílio possível e fortalecer o apoio ao EDES. No final das contas, a EAM-ELAS não conseguiu absorver os territórios da EDES, e em fevereiro de 1944, os ingleses conseguiram mediar uma trégua entre as duas organizações (SAKKAS, 2007).

conseguiu a permissão de fazer uma manifestação no centro de Atenas, na Praça Syntagma, no domingo. Preparações de grande escala foram imediatamente iniciadas. Grupos de jovens andavam pelas ruas com megafones, proferindo ordens e ameaças, instruindo todos os membros da EAM a comparecer ao ato, e avisando que todos os ausentes seriam considerados inimigos do povo. [...] Caminhões foram enviados para as áreas rurais para trazer membros da EAM que moravam nas vilas próximas à capital. A demonstração tinha o objetivo de mostrar o apoio popular que a EAM era capaz de mobilizar e convencer os britânicos e a direita que um governo sem representantes de esquerda não teria possibilidades de governar a Grécia. (MCNEILL, 1947, p.163)

A manifestação do domingo, três de dezembro de 1944, na qual milhares de apoiadores da esquerda se reuniram na Praça Syntagma, centro de Atenas, para protestar contra o desarmamento do ELAS, acabou levando a um choque entre a polícia e os manifestantes. Embora até hoje o início dessa escaramuça seja debatido e não haja consenso a respeito do número de mortos<sup>3</sup> (GEROLYMATOS, 2016), o fato é que os policiais estacionados em frente ao Parlamento Helênico dispararam contra a multidão, resultando em casualidades. Esse evento desencadeou uma batalha brutal entre a EAM-ELAS e o Governo de Unidade Nacional, que veio a ser conhecida como *Dekemvriana* — “os eventos de dezembro” em grego. O conflito se arrefeceu provisoriamente apenas em 12 de fevereiro de 1945 com o Acordo de Varkiza, no qual o ELAS depôs suas armas. Os soldados britânicos estacionados em Atenas, que nos primeiros momentos procuravam uma intervenção mínima, se viram cada vez mais envolvidos nos combates, e passaram a entrar em confronto direto com os guerrilheiros do ELAS (GEROLYMATOS, 2016).

Enquanto o caos engolfava Atenas, o Parlamento Britânico se tornou palco de acirrados debates acerca da intervenção britânica na Grécia, tanto na Câmara dos Lordes quanto na Câmara dos Comuns. Como já mencionado, a defesa da continuidade da presença britânica também era feita com base em diversos argumentos, um dos quais pretendemos tratar aqui: o receio de que a EAM tomasse o controle do Estado e instaurasse uma ditadura comunista em caso de retirada dos soldados britânicos. Escolhemos para análise o debate da Câmara dos Comuns de oito de dezembro de 1944, por ter sido a mais longa discussão feita sobre a Grécia enquanto transcorria a *Dekemvriana*. Ao longo das mais de cinco horas de debate, treze parlamentares fizeram intervenções significativas, a esmagadora maioria criticando a intervenção. Apenas dois membros fizeram uma defesa clara do curso da política britânica: o primeiro ministro Churchill e Quintin Hogg, representante do distrito de Oxford pelo Partido Conservador.

Escolhemos, para exposição, fazer uma síntese das intervenções de quatro participantes do debate: Frederick Seymour Cocks, membro do Partido Trabalhista e representante do distrito de Broxtowe; Richard Acland, socialista do Common Wealth Party, representante do distrito de Barnstaple; e os já citados Churchill e Hogg. O debate foi iniciado

---

<sup>3</sup> Gerolymatos (2016) menciona que as mais variadas fontes e estudos trazem estimativas muito díspares, variando entre menos de duas dezenas e quase duas centenas de mortos.

por Cocks, clamando pela retirada das tropas britânicas da Grécia. Sua intervenção foi logo em seguida apoiada e complementada por Acland. A réplica de Churchill e o respaldo oferecido por Hogg seguem, como veremos, as bases sobre as quais Cocks e Acland lançaram a discussão: a importância da democracia e da autodeterminação popular. Em relação ao tema que nos propomos abordar, as intervenções dos outros nove participantes consistem em reiteraões e alguns complementos sobre as exposições feitas pelos quatro indivíduos em foco, e foram excluídas da exposição com o intuito de não deixá-la demasiadamente longa e repetitiva. A intenção é fazer uma exposição de como se expressava, na Câmara dos Comuns, esse receio de uma tomada comunista da Grécia, quais eram as questões que isso trazia à baila e quais foram os motivos expressos pelos quais uma revolução na nação helênica seria indesejável para os britânicos.

O debate foi colhido no acervo *online* da *Hansard*, compilação de transcrições de debates parlamentares britânicos. As discussões da Câmara dos Comuns aqui examinadas se encontram transcritas na íntegra na Série 5, Volume 406 da *Hansard*, sob o título *Commons sitting of 8 December 1944*, seção *LIBERATED EUROPE (BRITISH INTERVENTION)*. O texto original encontra-se em inglês e as traduções são nossas<sup>4</sup>.

### “Alvejando patriotas gregos na cidade de Péricles”:

Como dita o protocolo, o início dos trabalhos parlamentares no dia oito de dezembro de 1944 foi marcado pela Abertura Solene do Parlamento, uma cerimônia tradicional que incluiu o discurso do Rei. Frederick Cocks trouxe a Grécia à baila ao lamentar que o discurso do Rei George VI não tenha dado nenhuma indicação de que as forças armadas do país não seriam utilizadas para “desarmar os amigos da democracia na Grécia e em outras partes da Europa” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.908), ou para suprimir movimentos populares que há pouco tempo haviam sido úteis aliados na luta contra os alemães e italianos. Por *amigos da democracia*, Cocks se referia aos diversos movimentos de guerrilha que se organizaram para combater a ocupação nazista em várias regiões da Europa — especialmente, naquele momento, os guerrilheiros gregos:

Hoje, no sagrado solo de Atenas, na sombra da Acrópole, soldados britânicos e patriotas gregos jazem lado a lado, cada um com uma bala aliada no coração, e eu peço ao Governo para colocar imediatamente um fim nesse conflito fratricida. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.908)

Ao contrário de motivos pragmáticos (*e.g.* os altos custos militares de um conflito cuja vitória seria improvável), Cocks optou por uma base moral como núcleo de sua argumentação: para ele, a intervenção na Grécia não condizia com os valores que os britânicos

---

<sup>4</sup> A seção aqui analisada encontra-se disponível em <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1944/dec/08/liberated-europe-british-intervention>.

defendiam e promoviam, valores que haviam se tornado especialmente importantes no contexto geral dos últimos momentos da Segunda Guerra Mundial, quando a luta dos Aliados contra o Eixo ainda estava em curso — a *liberdade* e a *democracia*. De acordo com o parlamentar trabalhista, a Inglaterra tinha como dever moral inarredável o apoio aos “grandes movimentos populares” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.909) que emergiram para lutar “não apenas contra os exércitos da Alemanha, mas também contra forças que em seus próprios países são portadoras de ideias ou ideologias fascistas” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.909). Todavia, as ações na Grécia seriam um indicativo de que, na medida em que a vitória contra a Alemanha se aproximava, a política britânica cada vez mais se inclinava para apoiar “muitos dos velhos e desgastados regimes da Europa contra essas forças populares emergentes” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.909).

Nessa oposição entre movimentos populares democráticos e governos ditatoriais com pendor fascista, é claro que Cocks fazia referência ao reinado autoritário de George II nos anos anteriores à ocupação. Advinda de um golpe de estado que em 1935 extinguiu a Segunda República Helênica, a monarquia parlamentar grega não tardou a se metamorfosear em uma ditadura: no dia 4 de agosto de 1936, sob o pretexto de impedir o avanço do KKE no alto escalão da política institucional, o primeiro ministro Ioannis Metaxas decretou estado de emergência e dissolveu o parlamento, estabeleceu uma ditadura com o apoio de George II. O Regime do Quatro de Agosto foi notório pela repressão de greves e manifestações, e também por um ardente anticomunismo (PAPANDREOU, 1974).

Esse passado antidemocrático, na concepção de Cocks, tornaria a monarquia desprovida de qualquer legitimidade para governar a nação helena. Tal legitimidade deveria provir da observância das leis democráticas, algo que a monarquia ignorou totalmente no passado recente. A EAM-ELAS, ao contrário, seria um movimento muito mais sintonizado às demandas do povo grego. Ademais, Cocks prossegue, a EAM não se resume ao KKE, uma vez que foi formado pela aglutinação de numerosos movimentos clandestinos que lutavam contra a ocupação:

[A EAM] possui um firme núcleo comunista — como as próprias Nações Unidas —, mas é certamente uma organização fortemente de esquerda [em sentido lato], de simpatias republicanas, e essas ideias republicanas que ela defende são apoiadas por 90% da população da Grécia. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.909)

Enquanto a EAM-ELAS lutava contra o nazismo,

o governo monárquico — que, salientarei novamente, jamais foi eleito e foi simplesmente designado pelo Rei — foi estabelecido no Cairo, e esteve em contato próximo com o governo britânico [...]. [...] O senhor Papandreou era aconselhado e apoiado por oficiais britânicos; o próprio Secretário de

Relações Exteriores [Anthony Eden] disse, nesta Casa, em julho, que se a unidade não fosse alcançada, a culpa deveria ser atribuída à EAM e não ao senhor Papandreou. Ele acrescentou, alguns dias depois — creio que no início de agosto —, que o Governo de Sua Majestade e o governo de Papandreou estavam agindo em sintonia, e que não havia divergência de visões entre eles. Então eu não creio que possa ser negado que no último verão o governo britânico mostrava simpatia muito maior com a ditadura grega exilada no Egito do que com o movimento popular de resistência que lutava nas montanhas da Grécia. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.909)

Para o parlamentar trabalhista, não seria válido o argumento de que as forças britânicas estariam mobilizadas em defesa da ditadura realista e contra as forças de esquerda para “manter a lei e a ordem” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.914). Por mais que o caminho das urnas seja preferível, diz ele, “não é da nossa conta intervir em um país amigo estrangeiro para impedir a derrubada de uma ditadura” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.914). Embora o triunfo militar britânico fosse inevitável — uma vez que nenhuma milícia com armamentos leves “pode resistir por muito tempo contra tanques, aviões e o equipamento de um exército moderno” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.914) —, tal vitória não seria de modo algum desejável do ponto de vista moral.

Nós costumamos ouvir falar sobre a possibilidade [estratégica] de certas bases navais e aéreas nos serem garantidas pelo rei grego, ou pelo governo grego [...]. O valor desses acordos será muito maior quando, em vez de serem presentes ou propinas de um ditador, incluírem um povo livre. [Os acordos] [...] certamente não valem o preço de alvejar patriotas gregos na cidade de Péricles. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.914)

Encaminhando-se para o final de sua intervenção, Cocks pede Churchill e ao governo para “que reconsiderem sua ação, para reverter sua política e rearranjar seu rumo antes que seja tarde demais” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.914). Em sua concepção, a ditadura na Grécia deveria ser substituída, o quanto antes, por um governo de coalisão no qual a esquerda tivesse forte representação.

Cocks foi seguido pela intervenção de Richard Acland, membro do partido socialista *Common Wealth Party*. Em sua concepção, os eventos em curso na Grécia expressariam uma tendência geral da atuação britânica na Europa Continental nos últimos três anos: uma inclinação para se alinhar a “elementos reacionários e mesmo fascistas” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.918), e uma indevida demora em reconhecer os “movimentos populares genuínos da Europa” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.918). Para Acland, o número de integrantes da EAM-ELAS seria um forte indício de sua legitimidade. Baseando-se em dados divulgados pela Rádio Paris, afirmou: “quando uma organização tem dois milhões de

membros<sup>5</sup> em uma população menor que a da Bélgica, não se pode dizer que se trate de algo descolado da população” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.918). A EAM conseguiu organizar greves bem-sucedidas em plena ocupação, libertou várias áreas do território, fundou hospitais, oficinas e escolas de treinamento militar, lembrou. Nas áreas sob seu controle, a EAM-ELAS mostrava respeito pelas práticas religiosas da população, e conseguiu angariar apoio de líderes da Igreja Ortodoxa Grega, inclusive de alguns bispos proeminentes. Isso seria, para Acland, um ponto favorável à guerrilha, um indicativo de que eles não estavam buscando (ou não estavam conseguindo) levar a cabo um enraizamento efetivo da “doutrina comunista” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.918) inerentemente ateia, como pregavam os setores alarmistas de direita.

O parlamentar socialista prosseguiu sua defesa da guerrilha abordando o que considerava o ponto crucial da questão — a renúncia dos seis ministros da EAM a suas posições no Governo de Unidade Nacional, fato que precipitou a manifestação na Praça Syntagma. Para Acland, a responsabilidade pela renúncia — e, conseqüentemente, pelo massacre e pelos conflitos subsequentes — deveria ser imputada não aos próprios ministros, mas sim ao governo grego e seus apoiadores britânicos. Acland lembrou que, no dia 18 de outubro, foi firmado um acordo para o desarmamento de todos os movimentos de guerrilha. Todavia, logo após o acordo aportaram na Grécia, vindos respectivamente da Itália e do Egito, o Esquadrão Sagrado e a Terceira Brigada da Montanha — unidades militares subordinadas ao Governo de Unidade Nacional, notórias por sua acentuada inclinação à direita. Isso criou uma nova situação, e a EAM cairia em severa desvantagem caso desmobilizasse o ELAS. Pressionando por novas negociações, a EAM conseguiu consentimento do governo para manter mobilizado um contingente do ELAS equivalente à soma dos efetivos do Esquadrão Sagrado e da Brigada da Montanha.

Acland via como totalmente legítima a atitude das forças de esquerda em pressionar o Governo de Unidade Nacional com o intuito de chegar a uma posição mais favorável e mitigar uma perspectiva de clara desvantagem. De qualquer forma, no dia 30 de novembro outra reviravolta impediu que o acordo fosse cumprido: aviões da RAF britânica despejaram, por toda a Grécia, panfletos trazendo um texto do General Ronald Scobie, comandante das forças britânicas na Grécia. No texto, Scobie afirmava que iria supervisionar, de acordo com as ordens do governo grego, a desmobilização total de todos os guerrilheiros entre os dias 10 e 20 de dezembro. Acland apontou que o panfleto entrou em contradição com o termo do acordo que permitia à EAM manter um contingente do ELAS mobilizado para fazer frente ao Esquadrão Sagrado e à Brigada da Montanha. Para ele, a unidade não foi rompida pelos ministros que renunciaram, mas sim por quem quer que tenha autorizado a divulgação do panfleto. Como Cocks, Acland encerra sua intervenção com um apelo:

Vamos nos comprometer com uma luta severa e difícil, policiando, prendendo, confiscando, aprisionando e queimando vilas para esmagar um movimento popular? Eu rezo aos céus para que o Primeiro Ministro escolha

---

<sup>5</sup> Lembremos que Gerolymatos (2016) traz o número consideravelmente menor de 750 mil membros. Ainda assim é um contingente impressionante para um país com as dimensões populacionais da Grécia.

outra alternativa [...]. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.924)

Como podemos constatar, Cocks e Acland criticaram o apoio britânico ao Governo de Unidade Nacional com base na questão da *legitimidade*, que por sua vez seria alicerçada na observância dos processos da democracia representativa e também na proximidade e sintonia com as demandas populares. Nesse quesito, o governo grego não contava a seu favor com o fato de ser organizado em torno do mesmo núcleo monárquico maculado por ter se transmutado em uma ditadura entre 1936 e 1941, e, após a libertação, por ter sido instaurado sem passar por nenhum crivo eleitoral que dimensionasse as aspirações do povo grego.

A EAM-ELAS foi colocada no polo oposto. Embora também não tivesse sido submetida à avaliação do sufrágio, foi considerada pelos parlamentares um representante popular digno, tanto pelo confronto direto com as forças de ocupação, quanto pelas suas ações nas regiões sob seu controle, como salientado por Acland. A avaliação do historiador Keith Lowe indica que Acland estava razoavelmente bem informado nesse quesito:

As conquistas da EAM a nível local eram fenomenais, em particular porque ocorreram durante uma guerra brutal, quando sua própria existência era considerada ilegal pelas autoridades ocupantes. Em tempo de escassez de alimentos, eles organizaram a reforma agrária e até a distribuição de comida estocada. Instituíram uma forma nova e popular de “justiça do povo” que era executada em vilarejos em vez de cidades locais, com jurados da região em vez de advogados e juízes caros, e em grego demótico [*i.e.* a versão vernacular moderna do grego] em vez de grego formal, que era como um idioma estrangeiro para a maioria dos camponeses gregos. Criaram quase mil grupos culturais de aldeia na Grécia, patrocinavam diversos grupos de teatro itinerantes e publicaram jornais que eram lidos por todo o país. Constituíram incontáveis escolas e creches, que ofereciam educação para gente que nunca havia tido essa oportunidade antes. Eles encorajaram grupos de jovens e a emancipação das mulheres — na verdade, foi a EAM que primeiro concedeu o voto às mulheres gregas em 1944 —, e além disso repararam estradas e criaram redes de comunicação sem precedentes. Essas conquistas eram particularmente notáveis nas partes mais remotas das montanhas gregas, que haviam sido completamente ignoradas por políticos de antes da guerra.” (LOWE, 2017, pp.339-340)

O governo britânico, ao utilizar sua força militar para sustentar o Governo de Unidade Nacional grego contra a EAM-ELAS, estaria cometendo grave erro do ponto de vista ético, e também se voltando contra os valores da liberdade e da democracia sobre os quais teria se edificado — valores então extremamente frágeis em uma Europa na qual o Eixo ainda estava em atividade.

Passemos agora às réplicas de Winston Churchill e Quintin Hogg. Como veremos a

seguir, ambos se valeram dos mesmos marcos propostos por Cocks e Acland — a democracia como parâmetro de legitimidade — para defender uma posição diametralmente oposta.

### “A democracia não é uma meretriz que possa ser apanhada nas ruas por um homem com uma metralhadora”:

Logo após as intervenções de Cocks e Aucland, o primeiro ministro Churchill retoma as bases lançadas por seus oponentes: segundo suas acusações, o governo britânico estaria “usando as Forças de Sua Majestade para desarmar os inimigos da democracia na Grécia e em outras partes da Europa, e para suprimir esses movimentos populares que foram de valoroso auxílio da derrota do inimigo” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.925). Mas quem realmente são os inimigos da democracia? Como esse termo deve ser interpretado? O primeiro ministro responde à própria pergunta retórica:

Minha ideia [de democracia] é que o homem comum, simples e humilde, o homem ordinário com uma esposa e família, que sai para lutar por seu país quando este está em apuros, vai para as urnas no momento apropriado, marca em uma cédula o candidato que ele deseja eleger para o Parlamento — esta é a fundação da democracia. E é também essencial para tal fundação que esse homem [...] faça isso sem medo, sem nenhuma forma de intimidação e vitimização. Ele marca sua cédula em segredo, e então os representantes eleitos se encontram e juntos decidem que governo, ou até mesmo, em tempos de turbulência, que forma de governo eles desejam ter em seu país. Se isso é democracia eu saúdo isso, adoto como causa, eu trabalho por isso. (HOUSE OF COMMONS, pp.925-926)

O presente governo britânico, afirma Churchill, se erige sobre eleições livres baseadas no sufrágio universal, “e isso é o que consideramos a fundação para democracia” (926). Não obstante, seria um erro esperar que algo do gênero possa vir das fileiras da EAM-ELAS. Tudo o que eles teriam a oferecer seria um arremedo enganoso de democracia, típica dos grupos que se consideram democratas pelo simples fato de serem de esquerda. Para Churchill, seria necessária a circulação de muitas vertentes de pensamento para que a democracia possa realmente se estabelecer, e não apenas as concepções de esquerda ou comunistas. Utilizar o termo “democracia” para se referir às ações e aos objetivos da EAM-ELAS seria utilizar essa palavra de forma leviana — pois a violência dos guerrilheiros mostra que eles se encaminham para “as mais extremas formas de revolução” (HOUSE OF COMMONS, p.927).

A democracia só pode florescer, continua o primeiro ministro, na liberdade, na justa competição e no respeito aos direitos e ambições de outras pessoas. O que o EAM-ELAS realmente representa seria “a lei das turbas, com bandos de *gangsters*, portando armas

mortais, [...] buscando introduzir um regime totalitário com uma mão de ferro” (HOUSE OF COMMONS, p.927).

Democracia não é uma meretriz que possa ser apanhada na rua por um homem com uma metralhadora. Eu confio no povo, na massa do povo, em quase todos os países, mas eu gosto de me assegurar que é o povo [que está se expressando] e não uma gangue de bandidos das montanhas ou do campo que pensa que pode depor pela violência autoridades constituídas e, em alguns casos, antigos parlamentos, governos e estados. (HOUSE OF COMMONS, pp.927-928)

Para Churchill, as necessidades mais imediatas da luta contra o nazismo levaram o governo britânico a auxiliar financeira e militarmente os grupos de guerrilha gregos, a despeito de quaisquer diferenças de caráter e de convicções políticas. Mas isso não implicaria “[...] que aqueles que receberam nossas armas devam usá-las para acumular poder por intermédio de violência, assassinatos e derramamento de sangue [...]” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.928). O mesmo movimento que Cocks chamou de “amigos da democracia” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.908) é qualificado por Churchill um aglutinado de “gangues assassinas” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.928) e “rufiões que buscam ascender aos assentos do poder, sem que tenham recebido um único voto favorável” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.928), que “agora pretendem governar [a Grécia] com poder ditatorial adquirido por um *coup d’etat*, pela luta sangrenta nas ruas e pelos massacres, e que pretendem julgar os ricos, os remediados e os pobres” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.929). Embora o primeiro ministro reconheça o valor do esforço da guerrilha para a luta dos Aliados contra o Eixo, essas ações não conferem o direito de clamar pela propriedade do Estado.

O fardo da Inglaterra, continua Churchill, é garantir que os países libertados do jugo nazista cheguem a um estágio de normalidade e tranquilidade que possibilite a condução de eleições livres e universais, para que a população decida sob qual forma de governo deseja viver, “e se esse governo deve ser de esquerda ou de direita” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.930). Devem ser repudiadas “com desprezo” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.930) as acusações de que o Governo de Sua Majestade seja um traidor da democracia por não permitir que “gangues de guerrilheiros fortemente armados desçam das montanhas e se instalem [no poder] com todo o vigor e terror sangrento que possuem” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.930).

Como eu disse, apoio todos aqueles que buscam estabelecer a democracia e a civilização em uma base legal, e também no sufrágio universal, popular, livre, sem intimidações e sem amarras. Seria muito difícil para a Europa se, depois de quatro ou cinco anos de tirania alemã, ela se degenerasse em uma série de guerras sociais brutais. Se os amigos da democracia [tais como Cocks se referiu à EAM-ELAS] e seus vários defensores acreditam que eles podem

expressar os desejos da maioria, então porque eles não podem esperar pelas eleições gerais; porque eles não podem esperar o livre voto do povo — que é nossa única política em todos os países em que os exércitos britânicos e americanos estão avançando? (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.933)

Nesse ponto da intervenção, é possível perceber que o receio de Churchill de uma tomada violenta do poder por parte da EAM-ELAS não se baseava no fato desta ser uma organização de esquerda — fica claro em seu discurso que ele e o governo que representa não se oporiam a governos de esquerda desde que estes se instaurassem por intermédio dos processos da democracia representativa. A ojeriza à guerrilha grega se origina de seus supostos impulsos ditatoriais que poderiam florescer rapidamente em meio à destruição causada pelos nazistas. Para fundamentar seu argumento, Churchill retoma os últimos momentos da ocupação alemã na Grécia, chegando — com maior riqueza de detalhes — ao mesmo episódio utilizado por Acland para defender o ponto de vista oposto segundo o qual as tendências autoritárias seriam características do Governo de Unidade Nacional: a renúncia dos seis ministros da EAM.

Segundo Churchill, em agosto de 1944 era evidente que a posição alemã na Grécia se tornaria insustentável, devido ao avanço do exército soviético ao longo da costa do Mar Negro e seu impacto sobre a Romênia e a Bulgária, juntamente ao avanço das forças britânicas e estadunidenses península itálica acima, e ao poder crescente do movimento de libertação iugoslavo apoiado pelo Marechal Tito. Frente a essa nova situação, o primeiro ministro propôs ao presidente estadunidense Franklin Roosevelt que Inglaterra e EUA unissem forças para entrar na Grécia. Churchill salientou para Roosevelt que, se houvesse um longo hiato entre a evacuação germânica e o estabelecimento de um governo, haveria uma grande possibilidade que os extremistas comunistas tentassem tomar Atenas “e esmagar todas as formas de expressão que não fossem as suas próprias” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.940).

Em maio daquele mesmo ano, continua Churchill, os serviços britânicos transportaram por via aérea representantes de todos os partidos que lutavam na Grécia — inclusive a EAM — para uma longa reunião com o governo grego em exílio, em Beirute. O resultado teria sido um acordo de estabelecer um governo conjunto que se estabeleceria em Atenas quando da libertação. Ao mesmo tempo, o governo britânico preparou, em sigilo, sua expedição militar para adentrar a Grécia continental. As tropas de Sua Majestade entraram em Atenas juntamente com a Brigada da Montanha que retornava do exílio, sob as entusiásticas boas vindas da população — Churchill é enfático e sua constatação do bom recebimento da Brigada da Montanha pelos atenienses.

Nesse meio tempo, Papandreou havia acolhido “não menos do que seis representantes da EAM em seu governo” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.942), gerando protestos do líder do Partido Liberal, Themistoklis Sophoulis acerca de um excesso de representantes comunistas em cargos importantes. “O senhor Papandreou, não obstante, é um homem da esquerda, um socialista, não um liberal ou algo do tipo [...], [e] deu seu voto de confiança àqueles seis cavalheiros.” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.942).

Enquanto isso, as forças da ELAS [...] planejavam uma investida militar e política a Atenas, com o intuito de tomar o poder pela força das armas. A ELAS é um corpo heterogêneo e seria injusto estigmatizar todos os seus membros como sendo totalmente egoístas em seus objetivos e suas ações. Todavia, durante os anos de catividade grega, eu devo dizer que a ELAS dedicou muito mais atenção a atacar e destruir os representantes do EDES, comandado pelo Coronel Zervas, um homem da esquerda para nossos padrões. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.943)

Como se isso não bastasse, prossegue Churchill, houve ocasiões em que a ELAS não hesitou em ajudar os alemães a capturar e matar os apoiadores do EDES, além de frequentemente empreenderem confiscos forçados de mantimentos e instalações dos camponeses das montanhas. Essas atitudes seriam indícios claros de um plano razoavelmente bem organizado pelo qual a ELAS pretendia descer das montanhas, marchar sobre Atenas e “estabelecer um reino de terror sob o subterfúgio de que estariam fazendo expurgos de colaboracionistas” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.943).

Frente a essa possibilidade, o governo grego contendo os seis ministros da EAM tentou criar as condições para um desarmamento geral seguido pela criação de um exército nacional ou de uma guarda nacional de aproximadamente 40 mil homens. Isso gerou pronta resposta [positiva] em todos os distritos que o ELAS não dominava, mas a formação desse exército nacional não havia avançado a um ponto em que ele pudesse oferecer uma efetiva resistência ao movimento organizado de forças subversivas com intenção de derrubar o Estado pela violência. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.943)

Para Churchill, foi extremamente suspeito o fato de a renúncia dos seis ministros da EAM ocorrer logo depois que contingentes do ELAS começaram a se infiltrar em Atenas e na cidade portuária de Pireu a partir das regiões montanhosas do norte. Essa sincronia seria forte indicativo de que a EAM não tinha pretensões em manter uma relação de forças razoavelmente favorável dentro do Governo de Unidade Nacional, mas sim derrubar esse governo e se instalarem como “a violenta expressão da vontade popular” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.945), por intermédio do “terrorismo e do assassinato de oponentes políticos” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.945).

O posicionamento geral de Churchill foi apoiado — depois das críticas de vários parlamentares — por Quintin Hogg, representante de Oxford pelo Partido Conservador. Para defender sua posição, Hogg faz uso de dois documentos que recebeu pessoalmente: a carta de um membro da Câmara dos Comuns que desejou permanecer anônimo e uma análise de “um responsável jornalista inglês” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.961). O próprio Hogg

admite não ser capaz de aferir em que medida as informações contidas nos textos são verídicas, “mas elas ilustram [...] a dificuldade de se formar um juízo nos estágios iniciais de uma disputa em que profundos sentimentos e antagonismos vêm à tona” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.960).

Segundo Hogg, a carta de seu colega parlamentar constata que a maioria dos oficiais britânicos na Grécia há tempos estariam cientes das consequências da política inglesa de armar o ELAS. Para esses oficiais, era perfeitamente óbvio que as armas britânicas seriam utilizadas para tomar o poder. Em várias ocasiões os homens do ELAS se recusaram a atacar as posições alemãs, com o intuito de preservar munições e armamento. Em contrapartida, o EDES nunca teve atitude semelhante, o que lhe rendeu a pecha, pelos comunistas, de subservientes aos britânicos. Hogg continua, lendo a carta:

O ELAS é declaradamente anti-britânico, e um de seus líderes mais jovens, em um momento de exaltação, disse a mim que eles estavam determinados a impedir que a Grã Bretanha tivesse qualquer influência na Grécia. Pelo menos um oficial britânico foi morto a tiros pelo ELAS em 1943 (eles disseram que foi um acidente) e eu sei de outros três que foram presos, desarmados e humilhados — eu posso dar os nomes [...]. As torturas infligidas a camponeses que se recusaram a entregar mulas e alimentos ao ELAS é algo além de qualquer descrição, e o que realmente existia era um reino de terror nas montanhas [...]. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.960/961)

O texto enviado pelo jornalista complementou a avaliação, ao alegar a existência de evidências que confirmam que a EAM se concentrou menos em combater os nazistas do que em tomar o controle da Grécia e liquidar seus oponentes. A prova incontrovertível disso seria o massacre de três mil pessoas em Meligalaia. Segundo Mazower (2000), o referido episódio ocorreu em setembro de 1944 na pequena cidade de Meligalas, no sul do Peloponeso. O ELAS entrou em confronto armado com unidades do Batalhão de Segurança — uma unidade militar colaboracionista criada para auxiliar as tropas de ocupação alemãs. Bem-sucedidos em derrotar o Batalhão, os homens do ELAS executaram um grande número de combatentes e não combatentes tidos como colaboracionistas.

Para Hogg, o que transcorria na Grécia era um fenômeno comum do fim de todas as guerras: a ruptura da lei e da ordem e um crescente descaso para com “a decência humana que é a base da vida civilizada” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.963). A missão da Inglaterra, dos EUA e da URSS seria restabelecer o respeito pela autoridade da lei e o respeito pelos seres humanos em geral — valores merecedores de prioridade, defende Hogg, fazendo um apelo a seus oponentes para que as cisões entre esquerda e direita fossem deixadas de lado naquele momento, e que se prestasse atenção às diferenças “entre certo e errado” (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.966). E conclui:

Eu sinceramente penso que este país se pauta por algo maior do que pela

disputa entre direita e esquerda — por um sistema de uma sociedade humana ordeira que permita que a direita e a esquerda lidem com suas diferenças por intermédio do argumento e do voto, e não pela barricada e pela metralhadora. Se esse sistema no qual eu acredito não prevalecer, muito sangue será derramado em vão, e então alguns de nós poderão pensar que não teria feito diferença alguma se tivéssemos deixado o tirano [Hitler] dominar o mundo em toda a plenitude de seu poder. (HOUSE OF COMMONS, 1944, p.966)

### Considerações finais:

Não nos interessa aqui aferir se realmente havia, na cúpula da EAM, um projeto claro de derrubada do Governo de Unidade Nacional — mesmo porque ainda não há consenso entre os pesquisadores que abordam essa questão específica<sup>6</sup>. Independentemente disso, é inegável que circulava, no Parlamento britânico — ainda que esta fosse uma posição minoritária no debate analisado —, a percepção de que o estabelecimento violento de uma ditadura comunista na Grécia era iminente. A forma como se expressou o medo de uma revolução catastrófica nos permite tecer algumas avaliações sobre a condução da política externa britânica na Grécia durante os momentos finais da Segunda Guerra Mundial.

A primeira questão a ficar clara é que a defesa da intervenção inglesa a favor do Governo de Unidade Nacional no sentido de impedir um avanço do movimento guerrilheiro comandado pelos comunistas não se deu sobre as bases de uma oposição entre dois modelos de organização econômica, o comunista e o capitalista — dos quais o Império Britânico evidentemente seria o defensor do último. A discussão foi balizada por considerações de ordem mais imediatamente política, girando em torno da necessidade de promoção e observância dos processos legais das democracias representativas. O regime democrático foi tido, por todos os partícipes do debate, como o único capaz de promover um ambiente de autodeterminação popular no qual se pudesse escolher, por intermédio do sufrágio, entre diversos tipos de governo e diversas orientações políticas. É importante lembrar que a Inglaterra e seus aliados estavam nos momentos finais de uma guerra contra o Eixo, cujos componentes — Alemanha, Itália e Japão — eram regimes autoritários representados como antípodas da liberdade e da democracia, valores que ingleses e estadunidenses tinham como universais e dos quais se colocavam como protetores. Nessa conjuntura em que os valores democráticos se viam fragilizados — quando não em risco de extinção —, não é de se estranhar que a autodeterminação do povo grego tivesse destaque e fosse prezada por debatedores que advogavam posições colidentes entre si. Talvez tenha sido por conta desses pressupostos que as alterações não resvalaram para algum tipo de anticomunismo primário,

---

<sup>6</sup> Essa questão é tratada principalmente em Vavlianos (1992), mas também em Sakkas (2007) e Gerolymatos (2016).

no qual qualquer identificação maior com as esquerdas fosse considerada como indício de um totalitarismo pró soviético a ser combatido. Mesmo entre os defensores da supressão da EAM, a legitimidade das posições de esquerda não foi atacada. A condução dos argumentos também deixou clara uma visão idealizada dos objetivos britânicos em escala mundial: promover a liberdade, a democracia e a dignidade humana.

Também não foram colocados em questão possíveis interesses escusos da URSS na Grécia. Churchill, em sua recapitulação dos eventos recentes, em nenhum momento de seu discurso, relacionou os supostos planos de tomada de poder da EAM com qualquer tipo de influência proveniente da União Soviética. Isso é digno de nota, considerando a presença soviética nos Balcãs e que o KKE era o grupo mais potente dentro da EAM e havia aderido à III Internacional já em 1922; e mesmo com a dissolução desta em 1943, ainda se apresentava como um partido marxista-leninista. É possível que a ausência de sugestões de qualquer maquinação moscovita por trás das ações da EAM-ELAS esteja relacionada ao esforço Aliado contra a Alemanha. Além disso, é necessário salientar que, no início de outubro de 1944, Churchill e Stalin se encontraram em Moscou e demarcaram a divisão dos países balcânicos em esferas de influência, de acordo com porcentagens. A Romênia e a Bulgária seriam, respectivamente 90% e 70% soviética, a Iugoslávia e a Hungria seriam repartidas igualmente entre Londres e Moscou. Churchill insistiu que a Grécia fosse 90% inglesa, porque, segundo sua concepção, a Inglaterra deveria ser a potência líder no Mediterrâneo (KENT, 1990; SAKKAS, 2007). Stalin aceitou. Nesse sentido, é muito provável que Churchill realmente estivesse confiante de que os soviéticos iriam cumprir sua parte no acordo. A análise mais lógica, conseqüentemente, seria concluir que quaisquer impulsos revolucionários da EAM fossem autóctones.

Finalmente, se a conduta soviética não foi posta em questão, houve um reconhecimento de que a própria política britânica de armar e financiar grupos guerrilheiros criou as condições para que a dominação comunista na Grécia se tornasse uma possibilidade. Independentemente das diferentes avaliações sobre a eficácia do ELAS em combater a ocupação nazista, seu poder de fogo se tornou, depois da libertação, um indesejado efeito colateral que poderia resultar na total perda de influência da Inglaterra sobre a Grécia. Como o debate aqui analisado deixou claro, a política britânica para Grécia foi uma questão extremamente controversa dentro do próprio governo britânico. Essa colisão de propostas e pontos de vista expressa a complexidade de um episódio que integra um dos mais emblemáticos processos históricos do século XX: o declínio global do Império Britânico.

**Artigo recebido em 18 ago. 2018.**

**Aprovado para publicação em 24 out. 2018.**

## Referências

DEIGHTON, Anne. Britain and the Cold War, 1945–1955. In: LEFFLER, M. P.; WESTAD, O. A. *The Cambridge history of the Cold War*. 1ª edição. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

FONTANA, Josep. *Por el bien del império: uma historia del mundo desde 1945*. 1ª edição. Barcelona: Pasado & Presente, 2011.

FRAZIER, Robert. *Anglo-american relations with Greece: the coming of the Cold War, 1942-1947*. 1ª edição. New York: St Martin's Press, 1991.

GEROLYMATOS, André. *An international civil war: Greece, 1943-1949*. 1ª edição. New Haven: Yale University Press, 2016.

HOROWITZ, David. *The free world colossus: a critique of american foreign policy in the Cold War*. 1ª edição. New York: New and Wang, 1965.

HOUSE OF COMMONS. *Liberated Europe (British intervention)*. HC Deb 08 December 1944, vol. 406. Disponível em: <https://api.parliament.uk/historic-hansard/commons/1944/dec/08/liberated-europe-british-intervention>

KENT, John. The British Empire and the origins of the Cold War, 1944-49. In: DEIGHTON, A. *Britain and the first Cold War*. 1ª edição. New York: Palgrave MacMillian, 1990.

LOWE, Keith. *Continente selvagem: o caos na Europa após a Segunda Guerra Mundial*. 1ª edição. Rio de Janeiro: Zahar, 2017

MAZOWER, Mark. Three forms of political justice: Greece, 1944-1945. In: MAZOWER, M. (org.). *After the war was over: reconstructing the family, nation and state in Greece, 1943-1960*. 1ª edição. Princeton: Princeton University Press, 2000.

MCNEILL, William. *The greek dilemma: war and aftermath*. 1ª edição. New York: J. B. Lippincott Company, 1947

PAPANDREOU, André. *Democracy at gunpoint: the greek front*. 1ª edição. Middlesex: Pelican Books, 1974.

SAKKAS, John. *Britain and the Greek Civil War, 1944-1949: British imperialism, public opinion and the coming of the Cold War*. 1ª edição. Berlim: Verlag, 2007.

VLAVIANOS, Haris. *Greece, 1941-1949, from resistance to civil war: the strategy of the Greek Communist Party*. 1ª edição. London: Palgrave MacMillian UK, 1992.